

Nota Editorial

No cenário internacional que pautou muitos debates da Ciência & Trópico desde sua criação em 1972, Charles Fortin analisa a produção ilícita de drogas e seu tráfico que se constituem como grande ameaça aos Estados Unidos e às frágeis sociedades da América Latina e Caribe (ALC). O artigo *Undercover Sentinels at the Drug Gates* salienta que as deportações dos Estados Unidos exacerbam essa tragédia. Em 1996, o Congresso americano aprovou uma lei que requer que todos os sentenciados estrangeiros devam ser deportados aos seus países de origem se seus sustentos estiverem envolvidos com o crime organizado. Por lei, ao Departamento de Administração de Repressão às Drogas (DEA em inglês) só é permitido operar nos Estados Unidos sem poder investigar e prender, unilateralmente, traficantes de drogas no exterior. Diante das deficiências de controle na redução da produção de drogas nos países produtores, a Organização dos Estados Americanos por meio da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas – CICAD, disponibiliza troca de informações e capacitação para os funcionários no combate às drogas. Charles Fortin, em artigo atual e bem fundamentado, focaliza a eficácia de três iniciativas: o controle dos portões de entrada aéreos, a interrupção do fluxo de insumos para a produção de drogas e o tráfico via internet

Na sequência, dois ensaios com abordagens distintas remetem ao pensamento do sociólogo fundador do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Gilberto Freyre. O primeiro, elaborado por Arlindo Souza Neto, traça interessante paralelo entre *Freyre e Freud: um ensaio (quase) psicanalítico da sociedade brasileira*. A partir da ideia de “paisagem social brasileira”, cunhada por Gilberto Freyre, e da concepção de “desamparo”, presente na obra de Sigmund Freud, o autor desenvolve interpretações sociopsicanalíticas referentes à sociedade brasileira contemporânea. De forma muito criativa, realiza algumas especulações interpretativas no que tange à formação social do Brasil e do modo de ser brasileiro, considerando os mecanismos e arranjos sociais que, ao longo de décadas, foram estabelecidos na/pela sociedade e no/pelo psiquismo dos brasileiros, resultando em uma civilização de contrastes. O segundo ensaio, que resgata o pensamento freyriano, é escrito por Joaquim Falcão. *Sobre o Manifesto Regionalista* e a sua contemporaneidade brasileira procura fazer um contraste entre a expressão das características da nossa cultura com uma incorporação excessiva do que vem de fora, a exemplo da culinária brasileira. Ao admitir a exaltação da culinária estrangeira, ofusca-se o poder da culinária para compreender a nós mesmos. O autor argumenta que a obra de Freyre antecipou diversos fenômenos na vida brasileira, como a inclinação ao globalismo, o equilíbrio dos contrários e diversos aspectos da vida privada, além de elementos como o urbanismo, a arquitetura e a culinária. O texto colabora não apenas para estimular a valorização do que é brasileiro, mas acena para o que pode ser melhor aproveitado no âmbito da gastronomia nacional.

Os aspectos interdisciplinares da Ciência & Trópico se evidenciam desde a sua criação. Ainda que o enfoque recaísse sobre as áreas de Sociologia, Antropologia, Economia e Geografia, em uma etapa posterior, na década de 1980, direito e política integraram muitos artigos inovadores no âmbito da Sociologia Jurídica, onde os

aspectos sociais não se desvinculam das ações do judiciário, permitindo o pluralismo de interpretações, de ideias e de soluções de conflitos que vão além do ordenamento jurídico posto pelo direito positivo estatal. Nessa linha, dois artigos enfeixam reflexões relativas ao sistema de justiça brasileiro.

O primeiro, *O discurso da verdade jurídica e seus desdobramentos na convicção no sistema de justiça: uma análise a partir de Max Weber*, de autoria de Meire Cristina Cabral de Araújo Silva, busca reconhecer o modo como o discurso da verdade jurídica se efetiva no sistema de justiça brasileiro. O estudo efetua-se a partir das elaborações de Max Weber referente à Sociologia da Dominação, em que, entre outros temas, investiga os liames não aparentes nas relações que se estabelecem entre política e direito. A compreensão que se tem a partir deste estudo é de que o fenômeno da verdade jurídica é construído por emanações do poder e de discursos da verdade. A eficácia dessa convicção, como algo a ser seguido sem desconfiança e capaz de obter a adesão social, requer um especializado aparato burocrático.

O segundo artigo alia as normas jurídicas aos preceitos democráticos que são basilares na construção do pensamento crítico e no fortalecimento da coesão social. Juliana Barreto Cavalcante e Francisco Humberto da Cunha Silva argumentam sobre a importância da liberdade de cátedra nas universidades brasileiras com o artigo intitulado.

Em defesa do pluralismo de ideias: uma discussão sobre a liberdade de cátedra no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 548 do Supremo Tribunal Federal. A referida ação objetivava evitar e reparar lesões a preceitos fundamentais resultantes de atos do Poder Público dentro de universidades públicas e privadas no contexto das eleições presidenciais do ano de 2018, pautadas por decisões de juízes eleitorais de várias regiões do Brasil. Concluiu-se que o cerceamento do pluralismo de ideias e o controle do pensamento político crítico dentro das universidades podem ocasionar consequências comprometedoras da própria ordem democrática, tendo em vista que a difusão do conhecimento possibilita transformação e impacto positivos nas questões sociais, culturais, econômicas e políticas do país. Nesse sentido, argumentam os autores, a liberdade de cátedra não pode ser violada e nem usada como instrumento de limitação do direito à educação.

O futuro do trabalho pós Covid-19, de José Paulo Zeetano Chahad, constata que a pandemia trouxe consigo profundas consequências no campo econômico, na vida social e cultural, no modo de vida tradicional dos indivíduos e das famílias, na vida profissional, e no relacionamento entre os atores sociais, afetando, principalmente, o mercado de trabalho. O autor aborda o futuro do trabalho pós Covid-19, fundamentando-se na vasta literatura já existente sobre o tema. Inicialmente apresenta uma visão geral da origem e da natureza das modificações que ocorrerão no mundo do trabalho, devido ao impacto global da pandemia e da recessão que se seguiu. Três tópicos se destacam sob a ótica do futuro do trabalho: (a) trabalho remoto, home office e teletrabalho; (b) tecnologia, digitalização e automação; e (c) produtividade do trabalho. A constatação geral é de que a Covid-19 aumentou o risco, bem como elevou os custos sociais e econômicos do contato físico entre os seres humanos. Como consequência, acelerou os processos de automação, do trabalho remoto, do uso da inteligência

artificial, da digitalização e da robotização, todos culminando por promover uma redução geral na demanda de trabalho (elevando o desemprego), contribuindo, assim, para diminuir o ritmo de crescimento dos salários. O efeito mais perverso talvez seja o que o isolamento social tem causado na educação das populações jovens. Isso tem levado à evasão e ao baixo rendimento escolar, juntamente com a erosão do capital humano provocado pelo aumento do desemprego de longo prazo. Estes tem sido fortes elementos a induzirem ao baixo nível de crescimento da produtividade do trabalho, quando não da sua estagnação. Todos esses impactos somados parecem estar levando a um mundo ainda mais desigual, afetando negativamente o desenvolvimento humano, bem como promovendo um avanço ainda maior dos níveis de pobreza.

Como parte dos artigos deste número da *Ciência & Trópico* guardam uma relação com a avaliação e melhoria de políticas públicas, um estudo bibliográfico qualitativo sobre sexualidade e gênero, sob uma perspectiva sociocultural, é realizado por Denise Quaresma da Silva, Karina Dias da Silva e Marcos Rogério dos Santos Souza. Com a proposta de romper com o discurso heteronormativo e machista promovido pelos agentes públicos do executivo federal brasileiro, o artigo *Palácio do Planalto e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Sexualidade e Gênero* propaga os direitos humanos como sendo direitos inerentes a todas as pessoas, não importando raça, cor, sexo, credo, etnia, idioma e qualquer outra condição. É preciso, portanto, eliminar discursos que excluam os sujeitos e apregoar o direito à vida e à liberdade sem qualquer tipo de discriminação. Os dirigentes públicos devem, portanto, combater práticas que violem os direitos humanos.

Os dois artigos seguintes abordam temas relativos à educação. De forma clara e com base em pesquisas, o primeiro abrange as Instituições Federais de Ensino Superior no interior do Brasil e sua relação com os Arranjos Produtivos Locais e o segundo, com base em estudos econométricos, busca analisar, em escolas de Recife, Pernambuco, a influência da infraestrutura escolar no desempenho de alunos do 6º ano do ensino fundamental.

O artigo intitulado *Fundamentos da interiorização do Ensino Superior Federal no Brasil: atrelamento aos Arranjos Produtivos Locais (APL)*, de autoria de Maria Nainam Silvino Araújo dos Santos e Luís Henrique Romani de Campos, avalia que a abertura de unidades federais de ensino superior no interior do Brasil atrelada à presença de Arranjos Produtivos Locais apresenta-se como uma política incluyente de oportunidade educacional capaz de favorecer o desenvolvimento do local e da região onde estão inseridas. Partindo desse entendimento, os autores buscaram identificar de que forma esse processo de expansão está fundamentado, considerando os seguintes critérios de análise: desdobramentos sobre a adequação das estruturas políticas de funcionamento, relações de cooperação, aprendizagem e cultura da inovação no contexto de Arranjos Produtivos Locais. Os resultados obtidos apontam para uma necessidade de aproximação das Instituições Federais de Ensino Superior com os diferentes atores que compõem as aglomerações produtivas, por meio de, entre outros aspectos, práticas de pesquisa e extensão, cooperação e parcerias locais e internacionais, identificação, reconhecimento e esforços que caminhem na direção de promover a atenção às realidades e necessidades locais a partir do olhar para as suas demandas e singularidades. Por fim, concluem os

autores, percebe-se que os efeitos observados em cada *campus*, em uma análise primária, aparentam ser derivados do capital social presente na região onde estão inseridos.

Ainda no âmbito das políticas educacionais, o artigo *Infraestrutura escolar: uma análise de sua importância para o desempenho de estudantes de escolas públicas* aborda até que ponto a infraestrutura afeta o desempenho escolar dos alunos, a partir do caso particular da rede pública de ensino, e estima o efeito das variáveis de infraestrutura e outras influências educacionais sobre esse processo de aprendizagem, por meio do Modelo de Regressão Linear Múltipla. Para tanto, os autores Raphael Rodrigues de Andrade, Luís Henrique Romani de Campos e Heitor Victor Veiga da Costa utilizaram os bancos de dados gerados pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), examinando uma amostra do desempenho dos alunos do 6º ano do ensino fundamental (antiga 5ª série) das escolas públicas da cidade do Recife, com a aplicação de duas provas de matemática, ao início e ao final do ano de 2013, e do Censo Escolar 2013, para as demais variáveis ausentes na base de dados da Fundaj. Para estimação das variáveis de Infraestrutura e outras influências educacionais, foram utilizados o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e o método de seleção de variáveis de Akaike (AIC). De acordo com o modelo econométrico, os índices estudados: espaço pedagógico (bibliotecas, laboratórios, quadras e auditórios); computadores, internet e equipamentos; e serviços de utilidade pública (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo), mostram aumentar o desempenho escolar dos alunos, apenas quando associada a outras variáveis, que atendam às condições pré-estabelecidas. A principal conclusão do artigo demonstra que as decisões de investimento em infraestrutura não devem ser dissociadas de outras políticas educacionais.

O artigo *As mulheres de Fernando: Uma leitura do cotidiano feminino no presídio de Fernando de Noronha (1850 - 1888)*, de Roberta Silva, traz uma narrativa cuidadosa da ilha-presídio, sem celas, sem algemas e sem muros. Militares e sentenciados conviviam com um certo tipo de cooperação. O artigo ressalta como viviam as mulheres inseridas em um contexto patriarcal de sociedade, ocupadas com o trabalho doméstico, em Fernando de Noronha no período imperial, dentro de uma perspectiva de gênero. Por meio de estudos e interpretações primárias e secundárias, o artigo ressalta a presença feminina no universo carcerário, “em que suas artes de fazer humanizaram as relações sociais e o cotidiano desse presídio”. Trata-se de um resgate histórico extremamente relevante para a compreensão do papel feminino em um universo carcerário.

A contribuição da Revista *Ciência & Trópico* como periódico semestral desde que substituiu o Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, pela Resolução 267 de outubro de 1972, tem sido multidisciplinar, contando com artigos internacionais, tendo em vista a parceria dos seus profissionais com diversas instituições de ensino e pesquisa da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina. Vale salientar que o projeto de nº 2960 de 1961 da Câmara dos Deputados previu, em suas disposições gerais e transitórias, que o antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais deveria contar com uma revista científica para publicações de pesquisadores da Instituição ou estrangeiros.

Ao concluir mais um número, resultado de fluxo contínuo, além de cumprir uma missão institucional, estamos ampliando horizontes temáticos, fortalecendo debates de todos os matizes e garantindo a liberdade de expressão de todos os que submetem seus artigos à apreciação dos inúmeros pareceristas que merecem nossos agradecimentos pelo trabalho sério que garante a continuidade e a renovação da *Ciência & Trópico*.

Na qualidade de Editora-chefe e pesquisadora da Fundaj, agradeço o trabalho do Editor assistente, Luis Henrique Lopes, aos colegas da Iconografia, em nome de Albertina Malta, que está sempre pronta a promover o acervo artístico da Fundaj, à Editora Massangana e a todos que compartilham ideias, cores e a força do compromisso de seguir adiante.

Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Editora-chefe